



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
UASG 080012**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023
(PROAD 4633/2023)**

OBJETO:

- A presente licitação tem por objeto **contratação de empresa para adequações de infraestrutura elétrica, fornecimento, instalação e ativação de nobreaks para os edifícios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, conforme descrição, quantidades e demais informações constantes neste edital e seus anexos.

ACOLHIMENTO, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DO PREGÃO:

- Término do acolhimento das propostas eletrônicas e início da sessão do pregão e oferecimento de lances: **às 14h do dia 16 de outubro de 2023.**

REALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA:


- Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, site: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

ENDEREÇO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO:

- Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba/PR, CEP 80430-180

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

➤ **Dúvidas sobre o edital:**

- Secretaria de Licitações e Contratos
- Avenida Vicente Machado, 147, 10º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80420-010
- E-mail: licitacao@trt9.jus.br
- Telefone: 0xx (41) 3310-7341  / 7342

➤ **Credenciamento e dúvidas na operação do sistema COMPRASNET:**

- Central de Atendimento do COMPRASNET, telefone: 0800 978 9001
- Site: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, link "Ajuda"

REFERÊNCIAS DE TEMPO:

- Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023
(Processo Administrativo n.º 4633/2023)

Torna-se público que o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, CNPJ n.º 03.141.166/0001-16, por meio da Secretaria de Licitações e Contratos, sediado na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, centro, Curitiba-PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa para adequações de infraestrutura elétrica, fornecimento, instalação e ativação de nobreaks para os edifícios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL dos LOTES, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Fonte: 100

Programa de Trabalho: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, em particular aqueles que:

- a) detenham condição de inidôneo perante a administração pública (art. 87, IV, da Lei 8.666/1993);
- b) estejam suspensos de licitar e contratar temporariamente com este Tribunal (art. 87, III, da Lei 8.666/1993);
- c) que estejam impedidos de licitar e contratar temporariamente com a União (art. 7º da Lei 10.520/2002).

- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

- 4.2.5 que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- 4.2.5.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e certidão emitida pelo juízo da ação contendo afirmação de que a recuperanda tem aptidão econômico e financeira para participar de procedimento licitatório (Acórdão nº 1.201/2020 – Plenário TCU), sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

- 4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.3.8 que cumpre a cota de aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.5. É vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação; (Resolução n.º 7 do Conselho Nacional de Justiça).
- 4.5.1 A vedação descrita no item anterior se estende às contratações deflagradas quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 4.5.2 É permitida a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados de primeiro e de segundo graus atuantes exclusivamente na jurisdição, assim como de servidores que, embora ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança (a exemplo dos servidores da área judiciária, como diretores de secretaria, assistentes/assessores de magistrados), não atuem na linha hierárquica que vai da Administração ao dirigente máximo da entidade, por não vislumbrar, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 4.6. Nada obsta que a Administração vede a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, a exemplo dos atuantes exclusivamente na área judiciária, sempre que identificar, no caso concreto, risco potencial de contaminação do processo licitatório.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e cooperativas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 **Valor global do LOTE:**

- 6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

- 6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do LOTE.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.25.1.1 prestados por empresas brasileiras;
- 7.25.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

8.2.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.2.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível..

8.3 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.3.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1 Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 8.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.11 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 horas, sob pena de inabilitação.
- 9.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.8 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.8 Habilitação jurídica:**
- 9.8.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, referente ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4 prova de regularidade para com as fazendas estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação de certidão referente a tributos, ou equivalentes, na forma da lei, emitidas pelas respectivas Fazendas Públicas;

9.9.5 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.10 Qualificação Técnica:

9.10.1 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando o fornecimento e instalação de nobreak trifásico com capacidade mínima de 80 KVA. O atestado deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Empresa CONTRATANTE e dados do contrato;
- b) Características básicas dos equipamentos;

9.10.2 Declaração emitida pela licitante de que tomou conhecimento de todas as condições inerentes à execução do objeto da contratação (conforme modelo anexo ao edital), assumindo a responsabilidade por eventuais dificuldades das condições físicas e ambiente tecnológico dos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo a responsabilidade por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas caso tivesse realizado a visita técnica.

- a) Caso a licitante opte por conhecer os locais onde será executado o objeto da licitação, a visita (vistoria) poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data prevista para a sessão pública do procedimento licitatório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- b) O agendamento das vistorias deverá ser efetuado junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT da 9ª Região, pelo telefone (41) 3310-7000 (R.7799 ou 6618) e/ou e-mail infra@trt9.jus.br, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17horas.

- 9.11 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.17 Em havendo inabilitação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa convocada, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, sem entrelinhas ou ressalvas, e assinada, preferencialmente de forma digital.
- 10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.3.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.3.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

15 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 15.1 Os preços serão fixos e irredutíveis.

16 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18 DO PAGAMENTO

- 18.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 19.1.3 apresentar documentação falsa;
- 19.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.6 não manter a proposta;
- 19.1.7 cometer fraude fiscal;
- 19.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.9 falhar na execução da contratação.

19.2 Considera-se o retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou, ainda, que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços, como deixar de enviar amostras e deixar de entregar documentação exigida para o certame, sujeitando a licitante a impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.

19.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, sujeitando a licitante a impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses.

19.4 Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações, estar impedida de licitar e contratar com a União na data do certame, enfim, a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública, sujeitando a licitante/contratada a impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

19.5 Considera-se falhar na execução contratual o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumidas pelo contratado, sujeitando o contratado a impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses.

19.6 Na ocorrência das infrações previstas nos itens 19.2 e 19.3, o pregoeiro procederá ao indiciamento e notificação da licitante via chat, abrindo-lhe prazo para apresentação de defesa prévia à Ordenadoria da Despesa, no prazo de 5 dias úteis, pelo e-mail ordenadoria@trt9.jus.br.

19.7 As condutas listadas nos itens 19.4 e 19.5, bem como as demais enquadráveis neste dispositivo, serão apuradas pela Ordenadoria da Despesa.

19.8 Considera-se, também, comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.9 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.9.1 Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pelas condutas do licitante:

19.9.1.1 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.9.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.9.1.3 não mantiver a proposta;

19.9.2 Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pelas condutas do licitante:

19.9.2.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.9.2.2 apresentar documentação falsa;

19.9.2.3 cometer fraude fiscal;

19.9.2.4 comportar-se de modo inidôneo;

19.9.3 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.10 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

19.15 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.16 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.17 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.18 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@trt9.jus.br, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço

- Secretaria de Licitações e Contratos (SLC)
Av. Vicente Machado, 147 - 10º andar - Curitiba/PR.
Telefone (41) 3310-7342

20.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Ao participar de processo licitatório, o representante legal da licitante fica ciente de que o contratante poderá ter acesso aos seus dados pessoais, tais como nome, cargo ocupado na empresa, número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e número da carteira de identidade (RG), bem como que referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização prevista no art. 7º, II, da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

21.2 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

21.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.5 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.12 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico comprasnet.gov.br e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Vicente Machado nº 147, centro, Curitiba-PR, fone: (41) 3310-7341, nos dias úteis, no horário das 12:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.13.1 ANEXO I - Termo de Referência;

21.13.2 ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

21.13.3 ANEXO III – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições do Serviço;

21.13.4 ANEXO IV – Especificações Técnicas dos Equipamentos;

21.13.5 ANEXO V – Esquemático Elétrico Básico;

21.13.6 ANEXO VI - Minuta de Termo de Contrato;

Curitiba, 28 de setembro de 2023.

Arnaldo Rogério Pestana de Sousa
Ordenador da Despesa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023.
(Processo Administrativo n.º 4633/2023)

1 OBJETO

- 1.1 Contratação de contratação de empresa para adequações de infraestrutura elétrica, fornecimento, instalação e ativação de nobreaks para os edifícios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
- 1.2 O objeto da contratação será dividido em LOTES da seguinte forma:

LOTE	Subitem	Descrição	Qtde
1	1.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 380V / 380V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	1.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	1
2	2.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	2.2	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 60 KVA, NA VOLTAGEM DE 220 V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	2.3	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	1
3	3.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V / 220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	3.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	1

- 1.3 A entrega deverá ser realizada entre 9h00 e 17h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, nos respectivos endereços de instalação:
- LOTE 1: Edifício Rio Branco - Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - Centro – Curitiba
 - LOTE 2: Avenida Vicente Machado 400 – Fórum Trabalhista - Centro – Curitiba
 - LOTE 3: Avenida Vicente Machado 147 – Ed. Administrativo - Centro – Curitiba
- 1.4 Para referência o almoxarifado TRT está sito à Rua Vidal Natividade da Silva, 555 – Cajuru – Curitiba, local para onde deverão ser transportados os equipamentos substituídos, quando couber.
- 1.5 **As especificações técnicas dos equipamentos estão no Anexo IV – Especificações Técnicas.**

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 Para o correto funcionamento dos computadores e outros ativos de rede que compõem a infraestrutura de TI do TRT9, a rede elétrica que alimenta esses equipamentos deve ser estável e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ininterrupta. Por nobreak entende-se um sistema do tipo online de dupla conversão, que fornece alimentação elétrica a partir de um conjunto de baterias.

- 2.2 Os geradores são ativados em falha no fornecimento de energia pela concessionária, porém o intervalo de tempo entre a falha e a estabilização da energia suprida pelo gerador é suficiente para provocar o desligamento dos equipamentos de informática. O uso de um nobreak adequado entre o gerador e os equipamentos irá manter o fluxo constante de energia. Além disso, os nobreaks atuam na proteção dos equipamentos de informática contra variações bruscas de tensões advindas da concessionária de energia elétrica e intempéries.

3 VALORES MÁXIMOS

VALORES MÁXIMOS					
LOTE	Sub item	Descrição	Local	Qtde	Valor Máximo (R\$)
1	1.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 380V / 380V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	Edifício Rio Branco	1	284.286,65
	1.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA		1	43.041,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 1					327.327,65
2	2.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM400	1	505.929,14
	2.2	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 60 KVA, NA VOLTAGEM DE 220 V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM400	1	203.169,06
	2.3	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	VM400	1	60.156,75
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 2					769.254,95
3	3.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V / 220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM147	1	435.000,00
	3.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	VM147	1	25.781,46
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 3					460.781,46

4 REQUISITOS AMBIENTAIS

- 4.1 Os equipamentos deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental.
- 4.2 Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental.
- 4.3 A contratada deverá:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 4.3.1 Observar a Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008, que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.
- 4.3.1.1 **Para tanto, deve ser fornecido pela CONTRATADA o registro do fabricante ou importador no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais CTF/APP, mediante apresentação do certificado de regularidade emitido pelo IBAMA, conforme instrução Normativa Ibama nº 13/2021.**
- 4.3.1.2 **Apresentar laudo físico-químico de composição do produto, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, que ateste a conformidade da bateria com os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme o caso, estabelecidos na Resolução CONAMA nº 401/2008;**
- 4.3.2 Observar a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- 4.3.3 Observar a Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 03 de setembro de 2012, que institui os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.
- 4.3.4 Observar o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 4.4 As baterias, em caso de recolhimento e descarte, devem obrigatoriamente observar o sistema de logística reversa:
- 4.4.1 É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos, após o uso, em observância ao disposto no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, obedecendo ao disposto na ABNT 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, termo de compromisso ou Decreto nº 9.177/2017.
- 4.4.2 São considerados apropriados os seguintes procedimentos de destinação ambientalmente adequada:
- 4.4.2.1 A devolução ao fabricante/importador que possua sistema de logística reversa;
- 4.4.2.2 O encaminhamento para empresas recicladoras, responsáveis pela desmontagem, descaracterização, reaproveitamento, reciclagem dos produtos e tratamento final dos rejeitos, desde que licenciadas pelo órgão ambiental competente.
- 4.4.2.3 As baterias deverão ser acondicionadas de forma a evitar vazamentos e a contaminação do meio ambiente ou risco à saúde humana, bem como de perda de componentes durante o transporte. O transporte das baterias deverá obedecer às normas previstas nas instruções do CONAMA, ANTT e outros Órgãos Reguladores.

5 CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 5.1 Os bens apresentados na proposta deverão estar em conformidade com as normas NACIONAIS e/ou INTERNACIONAIS estabelecidas para sua classificação no mercado:
- 5.1.1 normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 5.1.2 NBR15014 de 12/2003 - Conversor a semicondutor - Sistema de alimentação de potência ininterrupta, com saída em corrente alternada (nobreak);
- 5.1.3 normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.
- 5.2 As baterias devem atender às seguintes normas técnicas, Resoluções/Determinações:
- 5.2.1 NBR 14204 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula – Especificação,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 5.2.2 NBR 14205 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula - Método de ensaio,
- 5.2.3 NBR 14206 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula – Terminologia;
- 5.2.4 Homologadas pela ANATEL
- 5.3 A execução dos serviços contratados deve observar as Normas Reguladoras:
 - 5.3.1 NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
 - 5.3.2 NR 35 – Trabalho em Altura.
 - 5.3.3 NR 6 – Equipamento de Proteção Individual - EPI

6 DEVERES DO CONTRATANTE

- 6.1 Cabe ao Tribunal adotar as seguintes medidas decorrentes da contratação, sem prejuízo de outras decorrentes da legislação e necessárias à eficiente execução do contrato:
 - a) Proporcionar as facilidades indispensáveis à eficiente execução do objeto do contrato;
 - b) Comprovar e relatar, por escrito, eventuais irregularidades na execução contratual;
 - c) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;
 - d) Receber e conferir a especificação do objeto entregue e, estando regular, efetuar pagamento nos prazos e condições estabelecidos;
 - e) Prestar as informações bem como os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relevantes e necessárias à eficiente execução do contrato.

7 DEVERES DA CONTRATADA

- 7.1 Compete à CONTRATADA a responsabilidade integral pela execução do objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, cabendo-lhe, em especial:
 - a) Fornecer todos os equipamentos conforme o Termo de Referência.
 - b) Entregar os bens no local estipulado, devidamente embalados, de forma a não ser danificados durante as operações de transporte, carga e descarga.
 - c) Executar os serviços de acordo com as normas técnicas vigentes, com os quantitativos, especificações técnicas e demais detalhes definidos neste Termo de Referência, seus anexos e na sua proposta técnica / comercial.
 - d) Providenciar, junto ao Conselho de Fiscalização Competente, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
 - e) Prestar os serviços através de empregados habilitados, com conhecimentos e qualificação compatíveis com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente.
 - f) Executar os serviços por meio de profissionais que deverão possuir qualificação e habilitação adequadas ao tipo de serviço que estiver sendo realizado.
 - g) Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes, quando da execução dos serviços.
 - h) Fornecer e exigir o uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, conforme constatada a sua necessidade.
 - i) Manter e entregar limpo e livre de restos de materiais e outros detritos o local dos serviços.
 - j) Prestar serviços de garantia, quando solicitado, conforme o Termo de Referência.
 - k) Prestar assistência “on site”, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, aos equipamentos fornecidos que apresentarem defeito, durante todo o período de garantia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- l) Corrigir os defeitos apontados pela equipe de Fiscalização, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- m) Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função dos serviços em pauta, inclusive após o encerramento do contrato.
- n) Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos, assumindo todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência;
- o) Entregar todos os itens necessários ao perfeito uso dos produtos, nos prazos definidos neste Termo de Referência, bem como em plena compatibilidade com as especificações e propostas apresentadas;
- p) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo do objeto;
- q) Responder pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8.666/1993;
- r) Cooperar com o Tribunal no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;
- s) Apresentar, quando solicitado ou se couber, documentos comprobatórios dos procedimentos adotados para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, nos termos da legislação vigente e da proposta apresentada.
 - A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade da CONTRATADA, por elas respondendo civil, criminal e contratualmente, conforme legislação vigente.
- t) Quando cabível, arcar com todo custo referente à realização da logística reversa, não havendo ônus para o CONTRATANTE.
 - A CONTRATADA é responsável pela logística reversa somente das quantidades efetivamente fornecidas.
 - O não cumprimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas no caso de inexecução do objeto.
- u) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação, não excluindo ou CONTRATANTE, nos termos do artigo 70 da Lei nº 8.666/1993;
- v) Nos termos do artigo 69 da Lei nº 8.666/1993, reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, inclusive no período de garantia, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, cujos prazos serão definidos pela Fiscalização;
- w) As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas no presente instrumento têm caráter exemplificativo e não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, decorrentes da legislação aplicável à espécie, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei nº 8.666/1993.
- x) É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos, após o uso, em observância ao disposto no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, obedecendo ao disposto na ABNT 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, termo de compromisso ou Decreto nº 9.177/2017.

7.2 As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas no presente instrumento têm caráter exemplificativo e não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, decorrentes da legislação aplicável à espécie, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei 8.666/1993.

8 DOCUMENTAÇÃO

8.1 Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta, a seguinte documentação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 8.1.1 Catálogos, manuais, memoriais descritivos dos sistemas, de maneira a possibilitar a comprovação do atendimento a todos os requisitos aqui solicitados (UPS, Placa SNMP, DPS e Baterias).
- 8.1.2 Tabela comprobatória com o manual / catálogo, indicando a página onde se encontra a informação solicitada.
- 8.1.3 Memória de cálculo e as curvas características demonstrando que a bateria ofertada atende aos requisitos solicitados. Além do certificado de regularidade emitido pelo IBAMA, conforme instrução Normativa Ibama nº 13/2021 e laudo físico-químico de composição do produto, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, que ateste a conformidade da bateria com os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme o caso, estabelecidos na Resolução CONAMA nº 401/2008.
- 8.1.4 A Proponente deverá fornecer relatório de ensaios e testes com equipamentos iguais ao produto ofertado, que garantam o atendimento aos requisitos técnicos descritos neste Termo de Referência, tais como Modo de operação, Entrada e Saída com suas faixas de operação, Memorial de Cálculo do Banco de Baterias com simulação de descarga real, Sinalizações e proteções.
- 8.1.5 Declaração de que possui estrutura de serviços própria no Brasil para atendimento do objeto, incluindo, entre outros, técnicos capacitados pelo fabricante, peças de reposição, equipamentos e ferramentas adequados para as manutenções preventivas e corretivas de nobreak e banco de baterias.
- 8.1.6 O manual e catálogo do nobreak devem estar em língua portuguesa e deve estar no site do fabricante do nobreak, a tabela comprobatória deve possuir um link que direcionará ao site do fabricante, onde estarão esses arquivos.

9 REQUISITOS DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

- 9.1 Os serviços de implantação correspondem a todas as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA para a efetiva instalação e configuração de toda a solução proposta até a sua efetiva operação, incluindo:
 - 9.1.1 Elaboração de Cronograma Detalhado de Execução e Projeto Executivo do objeto contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.
 - 9.1.2 As configurações poderão ser feitas em horário comercial desde que não impliquem em interrupção dos serviços da CONTRATANTE.
 - 9.1.3 A CONTRATADA deverá, quando da execução dos serviços, enviar com antecedência mínima de 48 horas, a relação de pessoal que realizará a sua execução. Durante os trabalhos, todo o pessoal deverá utilizar crachá de identificação.
 - 9.1.4 Os serviços deste item devem ser realizados sob a supervisão de um profissional com certificação técnica do fabricante. Entretanto, a configuração dos equipamentos deve ser realizada diretamente e exclusivamente por este profissional.
- 9.2 Antes da realização do comissionamento a CONTRATADA deverá entregar em meio digital, formato DWG, e em formato impresso 2 cópias do As built da instalação, o qual será conferido durante o processo, e, caso haja necessidade, adaptado para atender às exigências levantadas.
- 9.3 Havendo necessidade de adaptações no projeto após a instalação, o AS built retificado deverá ser entregue como um dos documentos necessários para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.4 A CONTRATADA deve prever a Instalação completa dos nobreaks fornecidos, inclusive:
 - 9.4.1 Transporte horizontal e vertical até o local de sua ligação;
 - 9.4.2 Aferição e regulagens;
 - 9.4.3 Interligação entre módulos
 - 9.4.4 Conexões DC (banco de baterias)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 9.4.5 Conexão dos equipamentos ao quadro existente, incluindo cabos, conexões e eletrocalhas, garantindo a total compatibilidade com os demais sistemas;
- 9.4.6 Energização e testes de partida, com fornecimento de relatório.
- 9.4.7 Configuração de rede
- 9.5 Todas as medidas e dimensões, além de condições para trabalho deverão ser verificadas e obtidas no local dos serviços, onde as variações nas dimensões indicadas neste processo deverão ser validadas por serem de caráter orientativo. Os materiais (como disjuntor, bitola dos cabos e outros relacionados) devem ser dimensionados de acordo com a capacidade do equipamento fornecido +25%.
- 9.6 Toda e qualquer alteração da infraestrutura existente para instalação dos equipamentos Nobreak (como acréscimo de quadros, transformadores, instalação de cabos elétricos adicionais, calhas, dutos, disjuntores, etc.), deverão ser submetidas através de projeto executivo próprio a ser encaminhado para aprovação da Secretaria de Engenharia e Arquitetura antes de sua definitiva instalação e ficarão às custas da empresa vencedora do processo licitatório. No Anexo V – Esquemático Elétrico Básico, são fornecidas informações básicas do cenário atual e proposta e dimensionamento inicial sugeridos.
- 9.7 Todo material, instrumentos, ferramentas e materiais de consumo necessários para a execução dos serviços ficará a cargo da CONTRATADA, ou seja, todos os custos para a execução do serviço contratado (peças, serviços, mão de obra, equipamentos e outros inerentes ao objeto) deverão ser considerados no custo global do projeto, não podendo a CONTRATADA aplicar outros custos estranhos ao objeto do contrato. Não serão aceitos materiais com validade vencida ou com data de fabricação defasada.
- 9.8 Todos os equipamentos descritos neste processo, deverão ser registrados em nome do CONTRATANTE, junto a seus respectivos fabricantes, pela empresa vencedora do processo licitatório.
- 9.9 Em caso de falha, defeito e/ou qualquer problema no(s) equipamento(s) durante os procedimentos de Start-up, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata substituição da parte, peça ou módulo defeituoso, em no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento da interrupção do processo de Start-up.
- 9.10 Assim que a parte, peça ou módulo defeituoso estiver disponível, nova data será agendada para a ativação do equipamento (Start-up) dentro do prazo e da disponibilidade deste CONTRATANTE.
- 9.11 Salvo pedido formal deste CONTRATANTE para adiamento ou prorrogação das atividades / procedimentos de Start-up, se as mesmas não forem realizadas dentro dos prazos aqui definidos, a CONTRATADA ficará sujeita as penalizações estabelecidas em lei.
- 9.12 Após a instalação dos equipamentos, deverá ser simulada uma falta de energia para verificação da autonomia das baterias.

10 REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

- 10.1 Durante o prazo da garantia, a CONTRATADA deverá consertar ou refazer os serviços, bem como consertar ou substituir os equipamentos ou quaisquer itens que apresentarem falhas / defeitos, não sendo permitido transferir sua responsabilidade a terceiros, sendo permitida a participação do fabricante.
- 10.2 A CONTRATADA responderá pela qualidade e segurança dos serviços executados e equipamentos fornecidos, nos termos dos dispositivos legais aplicáveis, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE e efetuar o reparo de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nas instalações dos equipamentos nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.
- 10.3 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prestar os serviços de assistência técnica aos equipamentos instalados compreendendo a reparação e/ou substituição, às suas expensas e sem comprometimento da garantia oferecida pela CONTRATADA e/ou fabricante, de todas as peças, partes ou componentes defeituosos, por outros com as mesmas especificações. Nesses casos, as despesas relativas à mão de obra e transporte correrão igualmente por conta da CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 10.4 O início do atendimento ao chamado técnico não poderá ultrapassar o prazo máximo de 24 horas, contados a partir do recebimento de comunicação telefônica e/ou eletrônica (e-mail) pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite, 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 10.5 Entende-se por início de atendimento, o contato telefônico para diagnóstico remoto do eventual problema.
- 10.6 Em caso de necessidade de visita presencial para diagnóstico ou intervenção técnica, a CONTRATADA deverá efetuar o reparo na mesma oportunidade.
- 10.7 Iniciada a assistência técnica pela CONTRATADA e não sendo possível a solução do problema em até 3 (três) dias úteis, deverá o equipamento ou placa/módulo danificado ser substituído imediatamente por outro em condições de pleno funcionamento, de iguais ou superiores características, com ônus exclusivo para a CONTRATADA, até que seja resolvido o problema no equipamento original ficando vedado o reparo em placas de circuito impresso ou outros componentes eletrônicos. No entanto, para os nobreaks do Fórum VM400, por atenderem também o Datacenter, a substituição por um equipamento de backup (spare) deve ser feita em até 01 dia útil, após detecção de que a solução do problema não poderá ser feita imediatamente.
- 10.8 Após a realização de análise e emissão de laudo técnico, no caso de constatado dano irreparável ou a inviabilidade econômica do conserto do equipamento, a CONTRATADA deverá fornecer um equipamento novo, que atenda às especificações técnicas contratadas, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão do referido laudo técnico.
- 10.9 Será presumida uma situação de dano irreparável ou a inviabilidade econômica do conserto do equipamento, determinando a obrigatoriedade de sua substituição por um novo de mesmas especificações e características técnicas, caso a CONTRATADA não elabore/apresente laudo técnico dentro de um prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do início da assistência técnica.
- 10.10 A CONTRATADA deve disponibilizar para o CONTRATANTE, os números de telefone e os endereços de correio eletrônico para contato em caso de necessidade de prestação de garantia, comunicando à CONTRATANTE quaisquer alterações.

11 REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO

- 11.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observadas todas as normas aplicáveis.
- 11.2 A equipe de execução deverá ser coordenada por Engenheiro Responsável, devidamente habilitado, com vínculo direto com a CONTRATADA, o qual será responsável técnico pela execução e coordenação de todos os serviços previstos.

12 REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

- 12.1 Todos os profissionais, quando nas dependências deste Tribunal, deverão estar uniformizados e usando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.
- 12.2 A CONTRATADA deve garantir o cumprimento da NORMA REGULAMENTADORA Nº 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE por todos os funcionários da CONTRATADA, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato.

13 REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 13.1 O acesso às dependências do CONTRATANTE pelos profissionais prestadores dos serviços somente será permitido após prévio credenciamento.
- 13.2 A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE.
- 13.3 A CONTRATADA deverá observar e respeitar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, assim como as suas atualizações.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

14 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 14.1 A Contratada deverá ministrar treinamento, para, no mínimo, 5 (cinco) servidores do Contratante, objetivando prover autossuficiência na operação e manutenção dos nobreaks.
- 14.2 O treinamento de operação e manutenção dos nobreaks deverá ser, no mínimo, de 4 (quatro) horas.
- 14.3 O treinamento será ministrado nas dependências do Contratante, e todos os custos serão de responsabilidade do contratada.
- 14.4 O treinamento deverá ser ministrado em até 20 (vinte) dias após a solicitação do contratante.

15 ENTREGA, PRAZOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1 O prazo para a entrega dos equipamentos, adequações da infraestrutura, instalação e start-up dos equipamentos é de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.
- 15.2 Testes Realizados em Fábrica ou em Empresa Autorizada pelo Fabricante
 - 15.2.1 Caso a CONTRATANTE julgue necessário, a CONTRATADA deverá disponibilizar, em até 10 (dez) dias úteis após solicitação formal, equipamento idêntico a ser entregue, para realização de testes de desempenho em fábrica ou em empresa autorizada pelo Fabricante, com acompanhamento de até 3 (três) servidores do Contratante e técnicos da Contratada devidamente munidos de instrumentos necessários para análise e verificação dos principais requisitos exigidos na presente especificação, inclusive com simulação de curto-circuito, sem ônus para o TRT da 9ª Região.
 - 15.2.2 Na referida visita ao equipamento em funcionamento real, será feita simulação de interrupção do fornecimento da rede de distribuição de energia elétrica da concessionária, para que possa ser verificado o acionamento imediato da energia alternativa, bem como o registro em português do histórico no display no equipamento, além da verificação das demais especificações descritas neste instrumento.
- 15.3 Testes de Baterias:
 - 15.3.1 Deverá ser prevista a realização de teste de capacidade das baterias em campo:
 - 15.3.1.1 O teste deve ser feito de acordo com as recomendações do fabricante e Normas aplicáveis.
 - 15.3.1.2 Deverão ser apresentadas as leituras individuais de parâmetros das baterias (resistência interna, voltagem, amperagem, etc.)
 - 15.3.1.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar as baterias que não correspondam satisfatoriamente aos testes. Nesse caso, as novas baterias devem ser entregues em até 10 (dez) dias.
 - 15.3.1.4 Caso na execução dos testes, houver dano a alguns componentes, placas e/ou equipamentos, caberá à CONTRATADA a reposição daqueles sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
 - 15.3.2 Os produtos entregues em desconformidade com o especificado neste instrumento ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso.
- 15.4 Testes nos Nobreaks:
 - 15.4.1 Será necessário a realização dos testes de comissionamento de cada equipamento através de uma mala de teste trifásica (Corrente / tensão), ou analisador de energia compatível com a potência dos Nobreaks objeto deste Termo de Referência.
 - 15.4.2 Deverão estar contempladas nesse comissionamento, todas as simulações referentes as condições, proteções e automatismos existentes no produto ofertado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 15.5 A CONTRATADA deverá prever para execução dos testes, ensaios e comissionamentos, um profissional com perfil e formação técnica equivalente e compatível com a necessidade dos trabalhos/equipamento. Os testes, ensaios e comissionamento devem ter suas custas incluídas nos preços dos Nobreaks ofertados. As formas e qualidade de onda na saída dos Nobreaks deverão ser comprovadas através de gráficos, qualímetros, osciloscópios ou quaisquer equipamentos que se faça necessário a leitura e análise.
- 15.6 Todos os equipamentos e instrumentos necessários para os testes e comissionamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA.

16 GARANTIA TÉCNICA

- 16.1 Requisitos obrigatórios referente a garantia integral contra defeitos de fabricação e mau funcionamento:
- 16.1.1 para o equipamento: 24 meses, a contar da data do termo de recebimento definitivo;
- 16.1.2 para o banco de baterias: 24 meses, a contar da data do termo de recebimento definitivo.
- 16.2 Requisitos obrigatórios referentes a assistência técnica preventiva a ser prestada durante o período de garantia:
- 16.2.1 manutenção corretiva on-site (nos locais de instalação), 7 dias por semana, 24 horas por dia, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;
- 16.2.2 manutenção preventiva on-site (nos locais de instalação), de acordo com exigência ou recomendação do fabricante, contemplando ao menos duas visitas anuais por equipamento no período de garantia, quando deverá ser apresentado relatório informando as condições de funcionamento do sistema, bem como, os serviços realizados, incluindo:
- i. correção de defeitos, ajustes, testes, medições, limpeza, levantamento das condições de operação;
 - ii. peças de reposição, incluindo componentes do banco de baterias e elementos de reposição elétricos/eletrônicos (fusíveis, placas eletrônicas, etc.);
 - iii. atualização de firmware do nobreak conforme recomendação do fabricante e/ou solicitação da CONTRATANTE.
 - iv. mão de obra, deslocamento, diárias e estadia do técnico.
- 16.3 assistência técnica para atendimento à operação e manutenção do software de supervisão/gerenciamento através de linha telefônica e/ou endereço eletrônico, sem ônus para o CONTRATANTE;
- 16.4 fornecimento, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de diagnósticos da qualidade de energia na entrada e saída do equipamento, baseado nos históricos dos eventos e demais variações registradas pela memória de massa do software residente no equipamento, sem ônus para o CONTRATANTE.

17 CONSIDERAÇÕES

- 17.1 Todos os equipamentos instalados devem ser novos, de primeiro uso e entregues na embalagem original do fabricante, com a devida proteção mecânica e contra intempéries.
- 17.2 As embalagens que contêm os equipamentos (Nobreaks), baterias, periféricos, acessórios e outros pertinentes, possuindo ou não algum tipo de lacre de inviolabilidade técnica, deverão ser abertas pela CONTRATADA que será convocada a enviar técnico responsável, sem custos para este CONTRATANTE, para que as mesmas sejam abertas para verificação prévia (física) do atendimento às especificações técnicas deste edital, seus anexos e da proposta comercial.
- 17.3 Não serão aceitos equipamentos com fim de vida (end-of-life, end-of-sale) anunciado.
- 17.4 Cada equipamento deverá ser acompanhado de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo manuais, guias de instalação, nº de série, certificados de garantia, licenças de software e outros pertinentes.
- 17.5 Deverão ser fornecidos manuais (eletrônicos e/ou papel), drivers e acessórios, necessários à instalação e operação dos equipamentos, em quantidade igual ao número de produtos e, em sua forma original, sendo que não serão aceitas cópias de qualquer tipo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 17.6 Todos os documentos deverão ser entregues, preferencialmente, em Português (Brasil). Em caso de não disponibilidade desse idioma, poderão ser disponibilizados em Inglês.
- 17.7 Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os cabos, acessórios, conectores e demais dispositivos necessários ao seu perfeito e definitivo funcionamento.

18 RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1 Na forma do que dispõe o art. 73 da Lei nº 8.666/1993, o objeto será recebido:
- 18.1.1 **Provisoriamente**, no ato da entrega dos equipamentos, com a nota fiscal. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidas todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 18.1.2 **Definitivamente**, após instalação e start-up dos equipamentos com a comprovação de funcionamento perfeito da solução em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência.
- * A CONTRATADA deve executar a abertura das embalagens dos equipamentos na presença do Fiscal do Contrato

19 DO PAGAMENTO

- 19.1 **O envio dos documentos fiscais (NF-e = Danfe, NFS-e, CT-e, recibo etc), para fins de recebimento pelos bens ou serviços prestados a este Tribunal somente será aceito desde que efetuado pelo Portal Sigeo da Justiça do Trabalho, disponível pelo seguinte link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>. Para tanto, necessário que a empresa efetue cadastro no sistema, observando o prazo de 5 (cinco) dias a contar do início da vigência da contratação.**
- a) As instruções para cadastro da empresa e envio dos documentos podem ser acessadas no link <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/7161768>.
- 19.2 O pagamento será creditado em nome da contratada mediante ordem bancária em banco, agência e conta corrente por ela indicados.
- 19.3 O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, para que seja lavrada certidão de seu recebimento (em definitivo) ou atestada sua execução irregular, de forma devidamente circunstanciada, o que implicará, nesse caso, a suspensão do prazo para pagamento.
- 19.4 O pagamento de cada etapa/parcela será efetivado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva certidão de recebimento, salvo em caso de necessidade de retenção de valor referente a multas e indenizações, quando esse prazo será de 15 (quinze) dias úteis.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 19.5 Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 19.6 O Tribunal verificará previamente à efetivação de cada pagamento, se as condições de regularidade fiscal e trabalhista exigíveis na licitação estão sendo mantidas pela contratada.
- a) Será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, para a CONTRATADA providenciar a regularização de eventuais pendências em matéria de regularidade fiscal e trabalhista.
- b) A ausência de regularização no prazo estabelecido no subitem anterior sujeitará a CONTRATADA à sanção prevista neste instrumento, sem prejuízo da eventual rescisão da contratação.
- 19.7 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 19.8 As pessoas jurídicas não estão sujeitas à retenção na fonte dos tributos e das contribuições do art. 64, da Lei 9.430/1996 desde que este Tribunal verifique no site da Receita Federal, no momento do pagamento, que o contratado é optante pelo Simples Nacional, sem prejuízo de o fornecedor informar imediatamente ao contratante qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.
- 19.9 O Tribunal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.
- 19.10 O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos pela CONTRATADA constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a CONTRATADA responsável por quaisquer contratempos decorrentes da apresentação inexata dos dados fornecidos.
- 19.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, a atualização monetária será calculada da seguinte forma:
- $EM = I \times N \times VP$
- Onde:
- EM = Encargos moratórios.
- N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
- $I = (TX)/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,0001644$
- TX = Percentual da taxa anual = 6%

20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1 Pela inexecução das obrigações contratuais a CONTRATADA estará sujeita, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, no Decreto 10.024/2019, nas Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e legislação correlata.
- 20.2 Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:
- a) Havendo atraso na substituição da(s) bateria(s) ou equipamentos em desconformidade, multa de 2,0% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do equipamento;
- b) Havendo atraso na substituição do(s) equipamento(s) defeituoso(s) prevista no item 18.1.1 deste instrumento (equipamento com dano irreversível), multa de 2,0% por dia útil, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do equipamento;
- c) Havendo atraso na entrega do(s) equipamento(s) e/ou serviço(s), multa de 1% por dia, até o limite de 10%, calculada sobre o valor do produto/serviços em mora;
- d) Havendo inexecução parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor remanescente do produto/serviço em mora;
- e) Havendo inexecução total da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- f) Caso não sejam mantidas as condições de habilitação durante a vigência contratual, multa punitiva de 0,1% por ocorrência, calculada sobre o valor total da quantidade registrada;
- g) Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.
- 20.3 Atingido qualquer um dos limites fixados acima, e a critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita à rescisão unilateral da avença, multa punitiva e demais cominações legais previstas.
- 20.4 A recusa injustificada em assinar o instrumento de contrato equivale à inexecução total da contratação prevista no item 20.2."e", sujeitando a CONTRATADA à penalidade correspondente.
- 20.5 O valor das multas aplicadas poderá ser descontado pelo CONTRATANTE diretamente dos pagamentos devidos à CONTRATADA pela execução do ajuste.
- 20.6 As penalidades de multa poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente com as demais sanções.
- 20.7 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o instrumento de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e neste termo de referência e das demais cominações legais.
- a) Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou, ainda, atrase a assinatura do contrato/ Ata de Registro de Preços, tais como deixar de enviar amostras (quando exigido) e deixar de entregar documentação exigida para o certame, sujeitando o licitante a impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.
- b) Considera-se não manter a proposta a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, sujeitando o licitante a impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses.
- c) Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações, estar impedida de licitar e contratar com a União na data do certame, enfim, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública, sujeitando o licitante/contratado a impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses.
- d) Considera-se falhar na execução contratual o inadimplemento grave ou inescusável de obrigações assumidas pelo contratado, sujeitando-o ao impedimento do direito de licitar e contratar com a União e ao descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses.
- e) Na ocorrência das infrações previstas nos subitens "a" e "b", o pregoeiro procederá ao indiciamento e notificação do licitante via chat, abrindo-lhe prazo para apresentação de defesa prévia à Ordenadoria da Despesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo e-mail ordenadoria@trt9.jus.br.
- f) As condutas listadas nos subitens "c" e "d", bem como as demais enquadráveis neste dispositivo, serão apuradas pela Ordenadoria da Despesa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 20.8 Na forma do art. 49, parágrafo 2º do Decreto 10.024/2019, as penalidades aplicadas à CONTRATADA serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 FISCALIZAÇÃO

- 21.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por uma Comissão de Fiscalização, composta por no mínimo 3 (três) membros, representando o CONTRATANTE.
- 21.2 A Comissão anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 21.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão serão encaminhadas à ADMINISTRAÇÃO do TRT, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.
- 21.4 Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Comissão poderá sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar necessária.
- 21.5 A fiscalização do TRT terá plena autoridade para suspender totalmente ou parcialmente, por meios amigáveis ou legais, os serviços em execução. Sempre que isto ocorrer, por motivos de ordem técnica, de segurança ou disciplinares, somente poderão ser reiniciados por ordem da fiscalização;
- 21.6 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, este Tribunal reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.
- 21.7 A comissão proporcionará todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitirá o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do imóvel onde serão executados os serviços.
- 21.8 A ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da CONTRATADA por eventuais erros ou omissões das quais decorram prejuízos ao CONTRATANTE ou a terceiros.

22 VIGÊNCIA

- 22.1 A vigência contratual será de 790 (setecentos e noventa) dias, inclusos prazo de entrega, instalação, recebimentos provisório e definitivo e garantia, contados a partir da assinatura do termo de contrato.

23 SUBCONTRATAÇÃO

- 23.1 Será admitida a subcontratação dos serviços de adequação e montagem da infraestrutura elétrica, desmontagem, transporte de equipamentos e instalação dos nobreaks.
- 23.2 A subcontratação de que trata o subitem acima não exime a CONTRATADA das suas responsabilidades contratuais e legais, cabendo-lhe assegurar a fiel execução do objeto ora ajustado em sua integralidade.
- 23.3 A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Tribunal, com parecer técnico da equipe de Fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

24 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 24.1 Os dispêndios decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, enquadrados no Programa Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho, Elemento de Despesa 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

25 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 25.1 Os serviços, materiais, mão de obra e demais insumos utilizados na execução do objeto do contrato obedecerão à legislação federal, estadual e/ou municipal assim como às exigências do Poder Público ou de seus delegados.
- 25.2 Na execução do objeto do contrato, a Contratada deverá observar, no que couber, as disposições da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 25.3 A CONTRATADA e seu responsável técnico responderão integralmente e com exclusividade pela execução dos serviços objeto da contratação.
- 25.4 Os conflitos eventualmente constantes nas especificações técnicas e projetos deverão ser imediatamente comunicados à Fiscalização do contrato, devendo a CONTRATADA apresentar soluções à comissão fiscalizadora, à qual competirá autorizar eventual e imediata adequação e compatibilização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1 DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	E-MAIL:	
PESSOA PARA CONTATO:		
BANCO:		
AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO		
NOME:		
CARGO OCUPADO NA EMPRESA:		
RG:	CPF:	
ENDEREÇO:		

2 DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO 42/2023 DO TRT DA 9ª REGIÃO:

Objeto: Adequações de infraestrutura elétrica, fornecimento, instalação e ativação de nobreaks para os edifícios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Câmaras do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região:					
LOTE	Sub item	Descrição	Local	Qtde	Valor (R\$)
1	1.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 380V / 380V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	Edifício Rio Branco	1	...
	1.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA		1	...
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 1					...
2	2.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM400	1	...
	2.2	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 60 KVA, NA VOLTAGEM DE 220 V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM400	1	...
	2.3	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	VM400	1	...
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 2					...



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

3	3.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V / 220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM147	1	...
	3.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	VM147	1	...
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE 3					...

3 DOCUMENTOS: junto com a proposta, deverão ser apresentados os documentos de que trata o TÍTULO 8 DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

4 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e nome legível do procurador/responsável



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

PREGÃO N°. 42/2023

DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de participação no PREGÃO N° 42/2023, em nome da licitante <<NOME DA LICITANTE LTDA>>, inscrita no CNPJ sob o nº. <<NÚMERO DO CNPJ DA LICITANTE>>, sediada no endereço <<R. NOME DA RUA>>, na cidade de <<CIDADE>>, representada pelo Sr(a). <<NOME DO PROFISSIONAL>>, que conheço as condições de execução do objeto licitado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO 42/2023, relativo à infraestrutura existente nos edifícios, das modificações e materiais que serão necessários para a instalação e start-up dos nobreaks relacionados no termo de referência, não cabendo, posteriormente, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento ou dúvida, sendo de inteira responsabilidade desta empresa declarante o ônus daí decorrente.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Assinatura)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(Arquivo .pdf em anexo)

ANEXO V – ESQUEMÁTICO ELÉTRICO BÁSICO

(Arquivo .pdf em anexo)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO VI – TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
A EMPRESA

CONTRATANTE: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.141.166/0001-16, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba/PR, neste ato representado -----(cargo)----, ----(nome)-----, no uso das competências conferidas pela Portaria GP 22/2022.

CONTRATADA: -----**nome da contratada**-----, inscrita no CNPJ sob o nº -----, com sede -----endereço-----, neste ato representada por ---cargo---, ---nome do responsável----, devidamente identificado nos autos do Processo Administrativo nº 4633/2023.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento são adequações de infraestrutura elétrica, fornecimento, instalação e ativação de nobreaks para os edifícios do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme exigências contidas no edital do Pregão 42/2023 e seus anexos, conforme tabela abaixo:

LOTE	Subitem	Descrição	Qtde
1	1.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 380V / 380V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	1.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	1
2	2.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	2.2	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 60 KVA, NA VOLTAGEM DE 220 V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	2.3	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

3	3.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V / 220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	1
	3.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	1

1.2. A entrega deverá ser realizada entre 9h00 e 17h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, nos respectivos endereços de instalação:

- LOTE 1: Edifício Rio Branco - Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - Centro – Curitiba
- LOTE 2: Avenida Vicente Machado 400 – Fórum Trabalhista - Centro – Curitiba
- LOTE 3: Avenida Vicente Machado 147 – Ed. Administrativo - Centro – Curitiba

1.3. Para referência o almoxarifado TRT está sito à Rua Vidal Natividade da Silva, 555 – Cajuru – Curitiba, local para onde deverão ser transportados os equipamentos substituídos, quando couber.

1.4. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A vigência contratual será de 790 (setecentos e noventa) dias, inclusos prazo de entrega, instalação, recebimentos provisório e definitivo e garantia, contados a partir da assinatura do termo de contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor da contratação é de:

LOTE	Subitem	Descrição	Local	Qtde	Valor (R\$)
1	1.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA VOLTAGEM DE 380V / 380V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	Edifício Rio Branco	1	
	1.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA		1	
VALOR TOTAL DO LOTE 1					
2	2.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 KVA, NA VOLTAGEM DE 220V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM400	1	
	2.2	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 60 KVA, NA VOLTAGEM DE 220 V/220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM400	1	
	2.3	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	VM400	1	
VALOR TOTAL DO LOTE 2					



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

3	3.1	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 KVA, NA TENSÃO DE 220V / 220V COM AUTONOMIA DE, NO MÍNIMO, 5 MINUTOS À PLENA CARGA, START-UP, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, GARANTIA DE 24 MESES	VM147	1	
	3.2	SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA	VM147	1	
VALOR TOTAL DO LOTE 3					

- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

- 6.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência e Memoriais Descritivos, anexos do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

- 9.1. Os critérios e prazos de garantia estão estabelecidos no Título 16 Termo de Referência, anexo do Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

10. CLÁUSULA DEZ – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA ONZE – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 - 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DOZE – VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA:
- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
 - 12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA TREZE – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA QUATORZE - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1. Os recursos serão recebidos, processados e decididos conforme o disposto no capítulo V da Lei nº 8.666/1993.
- 14.2. Cabe recurso à Presidência do Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação dos atos de anulação e rescisão do contrato e aplicação das penalidades de multa e impedimento de licitar e contratar com a União.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 14.3. Os recursos, apresentados em uma via original, deverão ser dirigidos à Ordenadoria da Despesa da Administração-contratante, que reconsiderará a decisão ou, mantendo-a, encaminhará a peça recursal, devidamente instruída, à autoridade superior, para julgamento.
- 14.4. As peças recursais poderão ser entregues no horário das 11 às 17 horas, na Ordenadoria da Despesa, situada na Avenida Vicente Machado, 147, Curitiba-PR, ou enviadas via e-mail (ordenadoria@trt9.jus.br), fazendo-se acompanhar, no prazo de 48 horas, das originais ou cópias autenticadas.
- 14.5. As peças recursais enviadas por e-mail serão consideradas tempestivas desde que apresentadas até as 23h59 do último dia para interposição do recurso administrativo.

15. CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – FORO

- 17.1. É eleito o Foro da cidade de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

18. CLÁUSULA DEZOITO - CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 18.1. As PARTES se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 e, no que couber, na Política TRT-PR nº 55/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas (físicas ou jurídicas), salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do avençado.

18.1.1. Na hipótese de verificar que o cumprimento do contrato depende da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais com/ou de terceiros, a CONTRATADA compromete-se a celebrar com a pessoa, antes da operação, compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, bem como a estender a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste instrumento.

- 18.2. É vedada às PARTES a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquele objeto do ajuste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 18.3. As PARTES responderão administrativa e judicialmente em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei nº 13.709/2018.
- 18.4. A CONTRATADA compromete-se a:
- 18.4.1. aplicar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

18.4.2. manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

18.4.3. seguir fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pela;

18.4.4. facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTRATANTE, mediante solicitação;

18.4.5. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pela ou por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

18.4.6. auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela CONTRATANTE, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

18.4.7. comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado da CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos em virtude de verificações ou inspeções; e

18.4.8. descartar de forma irrecuperável ou devolver para a CONTRATANTE todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, mediante manifestação formal das providências adotadas, incluindo a data da operação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-